

➤ A construção eu/outro em *Terras de Sombras* e *À espera dos bárbaros*, de J. M. Coetzee

Profa. Dra. Denise Almeida Silva

PhD em Letras - Professora de Língua e Literatura Inglesa na URI/Santo Ângelo/RS e na UERGS.

d_asilva@portoweb.com.br

Desejando distinguir entre a civilização clássica e seus competidores, o iluminismo desenvolveu a classificação “selvagem-bárbaro-civilizado”. Não apenas se distingue entre civilização e barbárie, como são traçados diferentes graus quanto a esta última: enquanto os selvagens estariam totalmente fora da história, os bárbaros estariam situados num patamar acima, uma vez que obedeciam à autoridade, tinham propriedade, conheciam a escrita e domesticavam animais. Interroga-se, neste estudo, a propriedade das dicotomias civilizado/bárbaro e colonizador/colonizado nos romances *Terras de sombras* e *À Espera dos bárbaros*, de J. M. Coetzee, estudando-se, especialmente, como a narrativa desnuda a construção ficcional do outro.

Embora *Terras de sombras* e *À espera dos bárbaros* não precisem, e de fato não devam ser ligados apenas ao contexto histórico em que foram escritos, a compreensão da evolução da mentalidade que culminou na prática do *apartheid* é esclarecedora. Já nos primórdios da história do país, os colonizadores holandeses que chegam à área adjacente ao Cabo da Boa Esperança em 1652 optam por isolar-se dos nativos Khoikhoi e Bantus. Casam-se com refugiados protestantes franceses, criando a população bôer, que desenvolve sua própria cultura e língua. No início do século dezoito, quando os britânicos assumem o controle do país, abolem a escravatura e estabelecem o inglês como língua oficial, os Bôeres internam-se pelo interior do país, no movimento conhecido como “A Grande Peregrinação”, com o fim de preservar não somente sua independência como sua cultura própria. Em 1948, a vitória do Partido Nacional finalmente restaura-lhes o poder e marca o início das práticas segregacionistas oficiais que vieram a ser conhecidas como *apartheid*. Contudo, parece interrogar J. M. Coetzee, haverá realmente fundamento para tão extrema separação?

Tal interrogação já se encontra no romance de estréia de Coetzee, *Terras de sombras*. Na primeira das duas novelas em que se divide a obra, “Projeto Vietnã”, narra-se a desintegração mental de Eugene Dawn, mitógrafo que escreve relatório sobre os métodos de propaganda americanos empregados na guerra do Vietnã. A segunda parte, “A narrativa de Jacobus Coetzee”, constitui-se no relato de expedição à terra dos grandes Namaquas. Em território Namaqua, Jacobus Coetzee conduz-se de maneira desconfiada e hostil, sendo expulso de seu território. De volta ao lar, organiza expedição punitiva, condenando à morte os servos Namaquas que o abandonam na primeira expedição e dizimando a população local. Embora distintas, as duas partes formam uma unidade, focalizando os ideais compartilhados de penetração e exploração colonial a partir de diferentes contextos.

Afetado por seu envolvimento com a guerra, Eugene Dawn apresenta conduta psicótica que se acentua no decorrer do romance. Dawn necessita de rígida ordem e disciplina, desenvolve mania de perseguição, teme confronto com seu superior, imagina-se traído pela esposa. Num quadro em que suas relações interpessoais tornam-se difíceis, busca isolamento e alegra-se por ter rejeitado a viagem de familiarização ao Vietnã que lhe foi oferecida ao entrar no projeto. Ao olhar um fotograma de um filme das jaulas de tigre na ilha de Hon Tre, parabeniza-se por se ter mantido longe do Vietnã físico:

A insolência das pessoas, a imundície das moscas e, sem dúvida, o fedor, os olhos dos prisioneiros, que, certamente, eu teria de encarar, olhando para a câmera com ingênua curiosidade, ignorantes demais para vê-la como um dominador de seu destino—estas coisas pertencem a um Vietnã irredimível

no mundo que só me perturba e aliena (COETZEE 1997, p. 28).

Após apontar inicialmente para a construção racial preconceituosa, a adjetivação passa a ressaltar os aspectos mais repulsivos decorrentes da condição de prisioneiros de guerra, voltando mais uma vez depois a uma percepção degradante do Outro. Na verdade, Dawn concebe o vietnamita como um não-eu: não insolente, respeita hierarquias; ordeiro e metuculoso, é certamente amante do asseio; afeito ao trabalho intelectual, Dawn orgulha-se de seu saber.

A desejada separação do Outro não se sustenta, porém. Na qualidade da primeira guerra televisionada, a guerra do Vietnã entra dentro dos lares americanos, trazendo-lhes continuamente à mente sua participação e responsabilidade na guerra. A propósito disto, Dawn reflete: Não quero ver os filhos da América envenenados pela culpa. A culpa é um veneno negro. (...) A culpa estava entrando em nossas casas através dos cabos da televisão. Nós fazíamos nossas refeições sob o olho de vidro da besta brilhando no canto mais escuro e a comida saudável descia em nossas gargantas em poças corrosivas; não era natural suportar tal sofrimento (Ibid, p. 63).

Ainda mais dramática é a introjeção do Outro, por parte de Dawn, como se ilustra na passagem seguinte: Eu sei e estou cansado de saber o que tem acabado com minha força interior e devorado a comida que me deveria nutrir. É uma coisa, uma criança que não é minha, que já foi um bebê acororado e amarelo, oprimido bem no centro do meu corpo, sugando meu sangue, crescendo à custa da minha destruição. E agora, em 1973, é um repugnante garoto mongol que estica seus braços e pernas dentro de meus ossos ociosos, rói meu fígado com seus dentes arreganhados, esvazia seus dejetos biliosos em meu organismo e não irá embora. Isso tem de ter um fim! Quero minha libertação! (Ibid., p.52).

Ao mesmo tempo em que reitera o desejo de separação, a imagem do bebê parasita e indesejado problematiza a relação hóspede/hospedeiro, tornando clara a impossibilidade da separação eu/ Outro.

“A narrativa de Jacobus Coetzee” retoma o desejo de separação entre colonizador/colonizado desde seu início. Já na primeira página de seu relato, Jacobus Coetzee lamenta o apagamento de diferenças entre os colonizadores e os hotentotes. Hotentotes enriquecidos haviam se estabelecido entre os bôeres e alguns destes haviam adotado a vida nômade hotentote. “Nossos filhos brincam com os filhos dos criados,” descreve ele, “e quem é capaz de dizer quem imita quem? Em tempos difíceis, como se podem manter as diferenças?” No entanto, Jacobus Coetzee justifica a clara separação entre as raças com base no fato de que os brancos são “cristãos, pessoas com um destino,” ao passo que os hotentotes são inferiores até ao bosquímano, definido como “animal bravio, com alma de animal.”

Ao ser expulso da aldeia Namaqua, Coetzee faz questão de ressaltar sua diferença: “estou entre vocês, mas não faço parte de vocês.” Pouco mais tarde, quando finalmente se liberta da companhia do único hotentote que lhe fora fiel até o fim, Klawer, canta e dança na proclamação de sua alteridade: “Hotentote, hotentote/ Eu não sou um hotentote.”

Como na primeira parte do romance, a clara separação entre colonizador/colonizado demonstra-se insustentável. A narrativa é organizada de forma a mostrar que as qualidades que Jacobus Coetzee pensa discernir nos nativos na verdade poderiam descrever a ele mesmo. Em lugar dos nativos traidores e assassinos que espera encontrar, Coetzee depara-se com Namaquas que de bom grado o saúdam e hospedam. Autoconfiante, Jacobus Coetzee pensara em achar proteção em sua força e musculatura, mas adocece e enfraquece de tal forma que depende dos hotentotes para sua sobrevivência—é carregado por eles, curado por meio de seu conhecimento de ervas, nutrido pelo alimento provido por eles. Contudo, quando seu fiel criado hotentote adocece, Coetzee é incapaz de cuidar dele e o alimentar, e finalmente o abandona à morte. À incapacidade e despreparo, que sugerem ser Coetzee mais ignorante do que os nativos a quem despreza, soma-se a visão de sua selvageria interior, implícita em sua detalhada instrução sobre como matar um bosquímano, e dramatizada quando, “rugindo como um leão e envolto em espuma como Afrodite”, arremete sobre uma criança que o espionava e a mutila, arrancando-lhe uma orelha. Como ele mesmo descreve, verdadeira selvageria é “um tipo de vida baseado no desdém pelo valor da vida humana e no prazer sensual com a dor dos

outros”. Medida por este padrão, reconhece, a selvageria dos Namaquas não se iguala à do homem branco. “Os hotentotes desconhecem o que seja penetração, pois a penetração requer olhos azuis,” comenta, ponderando depois: Mas esses hotentotes namaquas não eram verdadeiros selvagens? Por que eles cuidaram de mim? Por que me deixaram ir embora? Por que não me mataram? Por que seus tormentos eram tão desprovidos de sistema e até mesmo de entusiasmo? (Ibid, p.119).

A dicotomia civilizado/selvagem dá lugar, em *À espera dos bárbaros*, à polaridade civilizado/bárbaro. Como esclarece David Atwell, embora a noção de bárbaro não esteja bem estabelecida no léxico sul-africano, o vocabulário oitocentista é útil para um romance escrito na África do Sul do final da década de 1970, em que o discurso oficial rotineiramente se referia a “nações”—ou seja, nações negras “amadurecidas” (ou seja, bárbaros)—que tinham permissão para se desenvolver em estados independentes dentro de suas próprias áreas segregadas, em contrastes com a nação (civilizada) branca, que podia desenvolver-se sem intervenção oficial. Tais idéias, características da fase de “desenvolvimento separado” (...) eram um refinamento da linguagem usada anteriormente pelo apartheid, mais abertamente racista (p. 75)^[1].

Como em *Terras de sombras*, em que a auto-imagem do colonizador forma-se por oposição direta à imagem do colonizado, a construção do bárbaro torna-se fundamental para a própria definição do império focado em *À espera dos bárbaros*. Como o título do romance deixa entrever, a narração move-se no espaço entre a ansiedade provocada pela anunciada invasão bárbara e a invasão propriamente dita, que nunca realmente acontece. Ao invés de um ataque bárbaro ao povoado é, antes, o império que, percebendo-se sob ameaça de invasão bárbara, aprisiona alguns membros das tribos nômades vizinhas com o fim de justificar sua intervenção no que fora até então um calmo vilarejo situado nos confins do império. A chegada do Coronel Joll, da Terceira Divisão (a polícia secreta do Império) rouba ainda a tranqüilidade do magistrado local, sensibilizado com a tortura usada nas inquisições de Joll. Ao encontrar jovem bárbara que ostenta visíveis sinais de tortura, o magistrado inicia ambíguo relacionamento em que, ao buscar entender a natureza, lógica e métodos de tortura imperiais, torna-se a um tempo protetor, amante e inquisidor da moça. Mais tarde, após expedição em que devolve a moça a seu povo, o magistrado é aprisionado sob acusação de traição e pacto com o inimigo, ocasião em que experimenta em seu próprio corpo as privações do confinamento e tortura.

Apesar de tão insistentemente perseguidos e da punição severa imposta a quem quer se associe a eles, como conhecidos pela população local, os bárbaros não passam de “selvagens pobres que criam magros rebanhos às margens do rio” e que ocasionalmente visitam a cidade para comercializar seu rebanho. Contudo, as notícias chegadas à capital atribuem os desmandos do império aos bárbaros: mercadores são saqueados, o roubo de gado cresce, um grupo de funcionários do censo e o próprio governador provincial são atacados e há choques com as patrulhas fronteiriças. Enfim, “segundo os boatos, as tribos bárbaras estavam se armando; o Império tinha de tomar medidas preventivas, pois, certamente, haveria guerra”. Contraopondo-se à inquietação propalada pelo Império, o magistrado medita: “De tal inquietação eu não vi nada. Tenho observado, em particular, que, uma vez em cada geração, infalivelmente, há um surto de histeria com relação aos bárbaros”.

Uma vez que não há bárbaros para ser interrogados, o coronel Joll vê-se forçado a procurá-los para exhibi-los à população, justificando assim a missão que lhe fora confiada. Os primeiros prisioneiros do coronel não passam de pescadores. Mais antigos do que os “bárbaros” nômades, tais pescadores pertencem a povo ribeirinho, que vive da caça e pesca, veste-se de peles, e temem o contato com os brancos, escondendo-se deles. Irritado, o magistrado censura os guardas que os conduzem à prisão: “É perda de tempo trazê-los para cá! Você deveria [ajudar Joll] a capturar ladrões, bandidos, invasores do Império! Por acaso essa gente representa perigo para o Império?” Seguem-se a estes prisioneiros “trôpegos, amarrados uns aos outros pelo pescoço, figuras disformes e vestidas de pele de carneiro sob o fulgor prateado da lua”.

A descrição sugere que os representantes do Império totalmente desconhecem aqueles que acusam, identificando-os como qualquer um que se diferencie de seus padrões étnicos. Mesmo o magistrado, morador há muito do local, não os conhece bem e ignora sua língua e psicologia. Questiona-se se a moça bárbara que se submete a ele o faz em virtude de sua educação bárbara, ou se o que lhe parece

submissão é na verdade indiferença. Ao devolvê-la a seu povo, finalmente frente a frente com os bárbaros, espanta-se: Eis que damos repentinamente com eles. Surgindo de trás das rochas e barrancos ocultos, doze ou mais homens montados em cavalos felpudos, vestindo peles de carneiro e gorros, com pequeninos olhos cravados nos rostos morenos e maltratados pela intempérie, são os bárbaros em terra e osso, na terra em que nasceram. Estou próximo o bastante para lhes sentir o cheiro: suor de cavalo, fumo, couro semicurtido. Um deles aponta para o meu peito um antigo mosquete quase do tamanho de um homem, cujo cano está apoiado numa forquilha. Meu coração dispara. (...) corpos vestidos de lã e couro e, desde a infância, alimentados com carne e leite, ignorantes do suave contato do algodão, das virtudes dos cereais e das frutas: este é o povo que vem sendo compelido a abandonar as planícies e a se confinar nas montanhas pela expansão do Império (COETZEE, s/d, p. 91 e 94).

Apesar da descrição acentuar os fatores étnicos e sociológicos que diferenciam o bárbaro do civilizado, e apesar, ainda, do temor inicialmente provocado pelo homem armado, a avaliação final do magistrado inverte a percepção inicial sobre aqueles que se deve temer, atribuindo ao Império, ao invés dos bárbaros, o papel daquele que amedronta e saqueia. Preso logo após sua volta ao vilarejo, o magistrado passa a experimentar pessoalmente a barbárie do Império. Após sofrer as privações associadas ao confinamento, protesta contra a tortura dos bárbaros exibidos no retorno vitorioso de Joll, sendo depois espancado e submetido a uma pretensa execução pública. Seu encarceramento obscurece ainda mais as diferenças entre bárbaro/colonizado, legislador/transgressor. Como autoridade a serviço do império, o magistrado gozara dos privilégios da posição hegemônica, sendo legislador e protetor da lei e da ordem. Na qualidade de transgressor, porém, confunde-se com os bárbaros. No início do romance, essa abolição de distinções já se anuncia através da metáfora caçador/caça. Quando o magistrado acompanha Joll ao celeiro, onde os prisioneiros estão detidos, não discutem a situação política. Em vez disso, conversam sobre caçadas, e o magistrado descreve como capturar as aves e peixes, cegando-os e desorientando-os, técnicas que antecipam a maneira como Joll tratará os prisioneiros. Numa segunda ocasião, Joll e o magistrado conversam sobre “ratos e como controlar seu número”. Imediatamente após este registro, a narrativa observa que, na cabana, “os prisioneiros estão ajoelhados a um canto”. A associação por proximidade sugere que os bárbaros são caça e pestilência, que cabe ao Império destruir. A mesma metáfora de caça inicialmente usada em relação aos bárbaros, é depois usada para referir-se ao magistrado, quando de sua fuga do alojamento. Durante sua pretensa execução, quando a dor provocada pelo estiramento de seus músculos arranca-lhe urros de dor, alguém, associando “bárbaro” a “desconhecido”, “ininteligível” e “grotesco”, sugere que ele está falando em língua bárbara. Assim, como observa Ashcroft (1996), o magistrado torna-se metonímia de sua cultura, ambivalente, esquizofrênica, tanto colonizada como colonizadora (p.106).

Apesar de recorrente no decorrer do romance, o perigo potencial dos bárbaros é minimizado através do repetido esvaziamento da expectativa de sua chegada ao acampamento. Em lugar do esperado retorno de Joll com seus prisioneiros bárbaros, é oferecida ao leitor a visão do retorno de membros de sua comitiva, que voltam em diferentes momentos, doentes, cansados, derrotados, homens que “não encontraram absolutamente ninguém—muito menos os clãs bárbaros de cuja fúria a Terceira Divisão pretende (...) proteger a população”. Se esta estratégia, por um lado, enfraquece a credibilidade da ameaça bárbara, mostrando a ficcionalidade de tal construção, por outro constrói suspense que culmina com a cena do retorno vitorioso de Joll com os prisioneiros nômades.

O relato do desfile da vitória é construído de forma a questionar a real identidade dos bárbaros. Segue-se ao porta-estandarte um cavaliário puxando uma corda, na extremidade da qual vem uma fila de homens. Um pedaço de arame atravessa a carne das mãos de cada homem e lhes penetra as bochechas. Logo os bárbaros são forçados a se ajoelhar, num movimento que lhes dilacera o corpo, fazendo-os contorcerem-se de dor. Em seguida, Joll escreve-lhes “inimigo” nas costas, ordenando então aos soldados que lhes açoitem as costas, de onde escorrem suor e sangue. Ao observar a cena, revoltado, o magistrado tenta não se contaminar pela atrocidade cometida: que seja ele, ao menos, aquele de quem se possa dizer, no futuro, que “ao menos um homem existiu que, no fundo do coração, não era um bárbaro.”

Barbárie é assim associada a doença contagiosa, numa figura que apropriadamente antecipa o virtual

colapso da vila ante a dupla ameaça representada pela iminente invasão bárbara e a ação dos representantes do império. Ademais, ao definir barbárie através das qualidades interiores que se exteriorizam nas ações que relembram a crueldade que se tornou sinônimo de barbárie, amplia-se e refina-se este conceito, dissociando-o da mera pertinência étnica.

A construção da identidade colonial através da re-invenção da identidade do Outro faz com que, ao invés de serem posições mutuamente excludentes, colonizador/colonizado ou bárbaro/civilizado impliquem, no espírito da *différance* de Derrida, uma sempre necessária presença de colonizador e colonizado, bárbaro e civilizado. Ademais, a universalização da condição bárbara em *À Espera dos bárbaros* atua, de forma análoga à universalização da condição de selvageria em *Terras de sombras*, através do deslocamento deste conceito de seus fundamentos étnico-sociológicos para uma ontologia da barbárie que totalmente desfaz a perspectiva dual. Se a verdadeira barbárie é a interior, < a do “coração”, desfaz-se a dualidade bárbaro/civilizado, enfocando-se além e acima da divisão étnica o homem em sua essência. O magistrado descrevera os bárbaros como aqueles que ignoram os benefícios da civilização; ao fim do livro, descreve a si próprio e a seu povo como aqueles que ignoram a própria história. Passado o ano em que a presença imperial interrompera-lhes o curso da história, medita: “Afinal, nada teremos aprendido. No fundo de todos nós, bem no fundo, deve haver qualquer coisa de granizo, incapaz de aprender.” Bárbaros, o íntimo.

Bibliografia

ASHCROFT, Bill. Irony, allegory and empire: *Waiting for the barbarians* and *In the heart* of the country. *Critical essays on J. M. Coetzee*. Ed. Sue Kossew. New York: G. K. Hall, 1998, p. 100-116.

ATTWELL, David. *J. M. Coetzee: South Africa and the politics of writing*. Berkeley: U. California P, 1993.

COETZEE, J. M. *Terras de sombras*. São Paulo: Bestseller, 1997.

COETZEE, J. M. *À espera dos bárbaros*. São Paulo: Bestseller, s/d.

[1] Na falta de versão em língua portuguesa da obra de Atwell, em tradução minha.